

Tradição, Sociabilidades, Compromisso: mutações na auto-imagem estudantil durante o período final do Estado Novo

Miguel Cardina

1. Num discurso efectuado durante a conferência anual da *Acção Nacional Popular* (ANP), a 16 de Fevereiro de 1974, escassos dois meses antes do golpe militar que o haveria de depor, Marcelo Caetano lamenta a hostilidade crescente de “*grupos e classes consideradas intocáveis*” relativamente à ordem social e política vigente. No cimo desta lista coloca os estudantes, que “*acobertados na sua juventude e em certas imunidades tradicionais (...) das escolas que frequentam, entendem legítimo sobrepor-se às leis gerais da Nação*” (Caetano, 1974: 213).

De facto, o afluxo contestatário que percorre o meio estudantil de modo ascendente durante as duas últimas décadas de existência do Estado Novo transforma-o num vasto território de dissídio cultural e político. Ainda que a Universidade continuasse a ser um campo afunilado ao qual acediam, fundamentalmente, as classes médias-altas e altas, durante estes anos, uma parte muito substancial do corpo estudantil deixa progressivamente de se ver a si próprio como uma *elite* a quem competia, no

essencial, reproduzir a ordem política, social e moral, para passar a modelar os seus discursos e práticas de acordo com um ideal de *comprometimento social*.

Partindo do caso exemplar de Coimbra, este texto pretende traçar as alterações provocadas no meio estudantil e na imagem do estudante entre finais da década de cinquenta e a queda do regime, mostrando como essas mudanças dão origem a uma crítica a dois tempos da "tradição académica". Num primeiro momento opera-se uma tentativa de *reconceptualização* e de *compatibilização* da “praxe académica” [1] com uma postura oposicionista em alastramento junto da juventude universitária; num segundo momento, posterior à “crise de 69”, entra-se numa fase de *endurecimento crítico* e de efectivo *abandono* das práticas tradicionais de integração estudantil.

2. Na segunda metade da década de cinquenta, como sublinha Torgal, o ambiente académico coimbrão entra num “*novo espírito cultural, simultaneamente de defesa da tradição e de oposição*” (Torgal, 1999: 250). Este tendencial posicionamento à esquerda leva à modificação do modo como se entendem e utilizam símbolos e práticas constitutivas da praxe. De tradicionalista, ou seja, tornando o passado, pelo simples facto de o ser, critério de legitimação do presente, a praxe torna-se elemento de suporte das lutas académicas (Frias, 2003: 93). Esta “viragem progressista”, que se prolonga até 1969, começa a dar os seus passos a partir de meados da década de cinquenta, num certo renovamento político e cultural da Academia, a que se acrescenta o surgimento de modos de intervenção menos auto-centrados e abertos aos princípios do sindicalismo estudantil. [2]

A partir de 1956, ano em que se inicia a luta contra o famoso “decreto 40.900”, projecto-lei que procurava cercear a “autonomia” das associações de estudantes, o terreno académico torna-se, cada vez mais, um foco de oposição ao regime, num

1 A “praxe académica” aparece sob esta designação por volta de 1860-70, num contexto onde a hegemonia da Universidade de Coimbra começava a ser posta em causa em virtude do surgimento de novos pólos de ensino superior em Lisboa e no Porto. Maria Eduarda Cruzeiro, estudando o fenómeno, distingue-lhe um *sentido amplo* – coincidente com “vida académica” – e um *sentido restrito*, enquanto sistema de normas regulador das relações entre “doutores” e “novatos”, sendo que este último “*se revela predominante na maior parte dos textos*” (Cruzeiro, 1990: 46).

2 António Rodrigues Lopes, de modo discutivelmente essencialista, considera este momento como o da captura do “*poder político da Sociedade Tradicional – a Praxe – promovendo em seguida o seu funcionamento em sentido inverso*” (Lopes, 1982: 242 e 320). Não obstante a permanência de características que lhe parecem intrínsecas (como o recurso a elementos paródicos e a constante re-legitimação de uma lógica hierárquica interna), importa ter em conta, como nota Aníbal Frias, que é a própria natureza das tradições, rituais e cultura académica que “*evolui à imagem da Universidade e da sociedade*” (Frias, 2003: 82).

processo que o entusiasmo gerado em torno da candidatura presidencial de Humberto Delgado, em 1958, tenderia a consolidar. Em Coimbra, e acompanhando esta dinâmica crescente de politização, assiste-se ao nascimento de grupos culturais que, de uma maneira ou de outra, se mostravam já distantes do diapasão com o qual o Estado Novo urdia a sua política cultural. Em 1954 é fundado o CELUC (*Coral dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra*), que rompe com a exclusividade do canto coral masculino protagonizado pelo *Orfeon*, assumindo uma postura mais arejada e até mesmo subversiva, introduzindo, por exemplo, cantos espirituais negros e composições do maestro e militante oposicionista Fernando Lopes-Graça no seu repertório. Em 1956 são fundados mais dois grupos académicos: na senda do CELUC, aparece o CMUC (*Coro Misto da Universidade de Coimbra*) e, no mesmo ano, o CITAC (*Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra*), que envereda por um percurso de experimentalismo e arrojo estético na prática teatral. Em 1958, aparece o CAP (*Círculo de Artes Plásticas*), destinado ao tratamento da arte contemporânea.

Entretanto, por estes anos, e ao mesmo tempo em que se assiste à cristalização normativa dos ritos e simbologias da “praxe” coimbrã, com a aprovação do projecto do *Código da Praxe Académica de Coimbra* (Andrade; Barros, 1957), uma série de artigos e cartas em jornais nacionais abre um debate em torno da “praxe académica”, que se estenderia mais tarde à discussão sobre os limites legítimos da intervenção política estudantil.

A polémica inicia-se com um editorial de *O Século*, onde, analisando-se a evolução das “recepções ao caloiro”, se vaticina que “*não tardarão a desaparecer por completo esses restos antipáticos de épocas distantes em que se negava à mocidade académica o direito de entrar pela primeira vez numa escola sem ser vaiada e, frequentes vezes, desalmadamente agredida*” (*O Século*, 1957, 27171). Pouco tempo depois, o debate chegaria às páginas do *Diário de Lisboa* onde, durante cerca de um mês, a discussão entre defensores e detractores da praxe se prolongou a um ritmo quase diário. Do lado dos críticos, Fernando de Castro Saraiva ataca a praxe por assentar num conceito “estático” de tradição, por erguer a ideia da “*antiguidade como critério de verdade*”, e por se fundar numa lógica invertida do mérito, que confere “*mais categoria aos mais estúpidos e mais madraços*” (*Diário de Lisboa*, 1957, 12580). Todavia, boa parte das tomadas de posição seria de sentido contrário,

focando a relação umbilical entre Coimbra e a sua tradição académica: “*Coimbra sem tradição não se entende nem se justifica. Coimbra é a própria tradição. (...) Essa tradição é toda una, indivisível*”. A praxe favoreceria “*o à-vontade, o auto-domínio, o espírito de iniciativa (...) o senso de humor, a argúcia e, é claro, a resignação*” (*idem*, 1957, 12584).

A discussão estava aberta no interior da própria Academia. Em Assembleia Magna, os estudantes condenam o ataque “*às tradições académicas*” (AM, *Livro de Actas 1955-1960*, 12-1957). A DG/AAC considera a praxe “*assunto da exclusiva competência dos estudantes de Coimbra (...) e só a eles cabe (se o entenderem!) actualizá-la, equilibradamente, e longe de qualquer especulação demagógica*” (*República*, 1958, 9718). A revista *Via Latina* assume posição idêntica, ao mesmo tempo que censura a *Rua Larga*, revista dos antigos estudantes da UC, por dar guarida a um texto crítico da praxe (*Via Latina*, 1957, 76). Pouco tempo depois, Flávio Vara publica o opúsculo *O espantinho da “praxe” coimbrã*, onde repudia o seu carácter de obrigatoriedade e sugere a actuação das autoridades para que se “*impedisse que se cometessem muitas violências e indignidades com a máscara de brincadeiras de estudantes*” (Vara, 1958: 79). A investida ocasionou pronta resposta dos sectores tradicionalistas, com Flávio Vara a ser declarado “*futrica*” pelo *Conselho de Veteranos* e a ver registada uma vigorosa réplica da parte de Mário Saraiva de Andrade, autor do *Código da Praxe* (Andrade, 1959).

Em 1959, uma série de textos aparecidos nas páginas da *Via Latina* prolongaria o debate, colocando agora a tónica na validade e alcance da intervenção política estudantil. Enquanto que, para os sectores mais conservadores, o associativismo deveria manter um vertente fundamentalmente recreativa, centrado no desporto universitário e na reprodução de uma legada mundivisão praxista, as “*esquerdas*” apostam numa concepção “*solidária*” da praxe, articulada com um associativismo de timbre reivindicativo.

No fundo, eram duas noções distintas de “*política*” que se encontravam em jogo. Com base num conceito demonizado, Jasmins Pereira defende que “*as associações académicas só podem realizar eficazmente os seus objectivos desde que se resguardem de quaisquer desvios políticos*” (*Via Latina*, 1959, 97). A mesma concepção é também defendida pelo então presidente da DG/AAC, Manuel Henrique Mesquita, que declara como indispensável “*nunca dentro da A.A. haver actuação*

política” (*idem*, 1959, 97). À esquerda, procura-se desmistificar o sentido negativo do conceito de “política” de forma a possibilitar o alargamento dos âmbitos da intervenção estudantil. Para Jorge Araújo, “*os problemas dos estudantes não podem abstrair-se do conjunto dos problemas nacionais*” pelo que as associações de estudantes devem tomar posições políticas, “*isentas de todo o partidarismo (e aqui nos parece residir a base de muitas confusões)*, [mas] *assentes em princípios fundamentais de reivindicação*” (*idem*, 1959, 89).

3. Em 1960, e no seguimento desta renovação sócio-cultural, a DG/AAC é conquistada por uma lista de esquerda apresentada pelo *Conselho das Repúblicas* [3], que introduz uma série de alterações qualitativas no discurso associativo, ao mesmo tempo que abre caminho ao afloramento de temáticas de cariz social, cuja face mais visível seria o importante conflito que então deflagra acerca do papel da mulher na sociedade (Garrido, 1996: 77-118; Bebian, Silva, 2004).

Recorde-se que, à época, as estudantes universitárias encontravam-se ainda em desvantagem numérica, não obstante ser já evidente uma orientação de crescimento percentual que os anos seguintes viriam a confirmar[4]. Uma série de textos publicados ao longo da década na revista *Via Latina* [5] dão conta da imagem predominante da mulher enquanto esposa “*essencialmente destinada para a família e para o Lar*” (*Via Latina*, 1956, 70) Ao nível do simbólico, as estudantes detinham um lugar claramente subalterno no panorama da “sociedade tradicional coimbrã”. Basta recordar que só em meados da década de 50 lhes é permitido envergar a “capa e

3 O *Conselho de Repúblicas* foi fundado a 11 de Dezembro de 1948, através de um *Pacto de Amizade e Aliança* assinado pelas seis Repúblicas então existentes: Baco, Jastá, Kágados, Pagode Chinês, Palácio da Loucura e Rás-Te-Parta. Estrutura assembleária que congregava todas as repúblicas de Coimbra, o CR teve uma importância capital como pólo dinamizador de um novo tipo de intervenção estudantil. Entre 1960 e 1965 (altura em que o governo nomeia uma *Comissão Administrativa* que geriu os destinos da AAC até 1968/69) e em 1969, todas as Direcções-Gerais eleitas partiram de listas conjuntas entre CR e Organismos Autónomos da AAC.

4 Em 1950-51, em 3.220 alunos, 941 eram mulheres. Em 1954-55, apesar da percentagem ter aumentado, as mulheres não eram ainda um terço do total dos estudantes: 1.377 num universo de 4.032 alunos. A partir do início dos anos sessenta a tendência de equiparação intensificar-se-ia. No final da década o número de homens e de mulheres a frequentar a Universidade de Coimbra era já idêntico. Nos cursos de maior prestígio social, em pouco mais de dez anos a presença feminina quase triplica: em 1960/61, frequentam o curso de Direito 117 mulheres (8%) e o de Medicina 146 alunas (13%); em 1973/74, esses números passam, respectivamente, para 535 (21%) e 725 (30%). Cf. Gomes, 1987.

5 Cf. por exemplo, Maria Adelaide Calado, “Chacun à sa place” (1956, 70); Fernanda Moreira de Freitas, “Caloira” (1956, 71); Castilho Caldeira “A Mulher, a Família e a Sociedade” (1956, 72); Manuela Formigal, “A vocação da Mulher e da Universitária e a A.A.” (1959, 85). Cf. ainda Pires, 1994: 44-ss.

batina”, até então destinada exclusivamente a uso masculino. Ainda neste particular, é significativa a imagem reinante dos espaços domésticos habitados, respectivamente, por rapazes e raparigas. As *Repúblicas* eram vistas como locais de convívio, animação e desregramento; os *Lares*, como mosteiros seculares, destinados à salvaguarda da integridade feminina.

Assim se compreende o escândalo causado com a publicação, na *Via Latina*, da “Carta a uma Jovem Portuguesa”, assinada por um anónimo A., e posteriormente reivindicada por Artur Marinha de Campos. Nela o autor escreve a uma genérica “*jovem portuguesa*”, mostrando-se perturbado com a sua situação social, marcada por um “*determinismo*” que a “*oprime e define*” e que a obriga a viver do “*lado de lá desse muro: o mundo inquietante da sombra e da repressão mental*”. Exortava a “*lutarem pela libertação através de uma mútua liberdade*” e terminava mencionando “*a concretização sexual do amor*” (*idem*, 1961, 130). Os efeitos da “Carta” ultrapassam o circunscrito perímetro coimbrão provocando uma onda de indignação por parte das faixas mais conservadoras, para quem a Carta desferia “*um ataque frontal à religião cristã e à Moral que está nos fundamentos da nossa sociedade*”, e erigia “*a imoralidade em princípio orientador da juventude*” (abaixo-assinado “Frente a Frente”, aavv, 09-05-61).

Esta confrontação político-moral insere-se no debate em torno da validade do “Convívio” entre elementos dos dois sexos e de Academias diferentes, que vinha há algum tempo a ser levantado em Coimbra. Considerado como o meio “*indispensável para se tomar consciência do formar de uma geração, dos passos a avançar, da mensagem a transmitir ao seu mundo*” (*A Briosa*, 1959, 45), a noção de “Convívio” mais não era do que a reivindicação simultânea de uma abertura moral e da adopção tácita da perspectiva sindicalista.

4. A afirmação, ao longo da década de sessenta, dos princípios do “sindicalismo estudantil” leva ao reforço das associações de estudantes, enquanto estruturas dotadas de legitimidade formal de representação, e girando a sua acção em torno da defesa da autonomia e da liberdade associativa, isto é, em torno da defesa da sua própria identidade. Provocando um contínuo conflito entre estudantes e autoridades, este processo contribuiu, a médio prazo, para a extensão da consciência política nos meios

estudantis, fazendo com que, à entrada da segunda metade da década de sessenta, o eixo dos debates se desloque das linhas de acção das associações “*para um trabalho mais político-ideológico de oposição ao regime*” (Caiado, 1990: 156-167).

Ao mesmo tempo, a nova definição do estudante como “jovem trabalhador intelectual”, oriunda da *Carta de Grenoble*, documento fundador do “sindicalismo estudantil”, altera a imagem do estudante e do seu meio próprio, caucionando formas de pensar e agir mais empenhadas socialmente. Um pouco por todo o lado, é suplantada a tradicional figura do estudante como “*situado fora da sociedade, vivendo como uma espécie de parasita, passando a maior parte do seu tempo em ocupações agradáveis mais ou menos folclóricas e sem preocupações com o futuro*” (Gaudez, 1965: 20).

Em Coimbra fazem-se sentir os efeitos deste novo cenário, não obstante a aura tradicionalista que a rodeava. Algumas formas simbólicas de exercício praxista são abandonadas ou transfiguradas de modo a servirem de veículo de contestação social: a *Tomada da Bastilha*, a 25 de Novembro, transforma-se numa espécie de *Dia do Estudante* local, onde se reclamam as liberdades associativas; manifestações festivas, como os cortejos da *Latada* ou a *Queima das Fitas*, são integradas nos contextos de luta; a “capa e batina”, elemento identificador dos estudantes, transforma-se em “símbolo de unidade” de um grupo social dotado de um corpo homogéneo de reivindicações. No fado de Coimbra, introduzem-se letras com preocupações sociais e políticas contrastando com a dolência e o lirismo que então o caracterizavam. Nesta linha, José Afonso gravará, em 1963, os primeiros exemplos da “canção de protesto”: *Os Vampiros* e *Menino do Bairro Negro*. É também por esta altura que surge um tema, urdido no calor da “crise de 62”, e que seria utilizado como uma espécie de hino da intransigência estudantil: a *Trova do Vento que Passa*, de Adriano Correia de Oliveira e Manuel Alegre. [6]

Um conjunto variado de causas, aceleram a politização do conjunto estudantil nos finais dos anos sessenta. Em primeiro lugar, a recepção, ainda que intermitente e filtrada, da rebelião mundial que os estudantes iam protagonizando um pouco por todo o mundo. Em segundo lugar, a crescente impopularidade das guerras coloniais que, cada vez mais, iam significando, para a juventude, um escolho inamovível

6 Sobre o papel sócio-cultural e político do “canto de intervenção” cf. Raposo (2000).

destinado a hipotecar-lhe o futuro. Por fim, o encontro, na sequência da participação nas acções de auxílio às vítimas das graves inundações ocorridas a 25 e 26 de Novembro de 1967 no sul do país, com uma população pauperizada e abandonada por um regime que lhes aparecia agora, segundo palavras posteriores de uma antiga estudante envolvida nestas acções, como insuportavelmente “hipócrita”. [7]

Quando se chega a 1969, ano da conhecida contestação estudantil ao Estado Novo, uma parte considerável da juventude universitária encontra-se já em claro processo de ruptura com o regime. O marxismo, nos seus mais variados matizes, havia-se tornado no “cimento unificador” (Cruzeiro, 1989: 207) da maioria dos grupos actantes no território académico. Nesta medida, a “crise de 69” representa uma transição na tipologia dos movimentos estudantis: se, durante a década, quase todas as bandeiras agitadas giram em torno da defesa das “liberdades associativas”, em 1969, a “democratização do ensino” caminha a par com a “democratização das estruturas sócio-económicas”. Em suma, e como se afirmava em Maio desse ano, “a nossa luta só poderá fazer tréguas quando tivermos atingido uma Universidade Nova num Portugal Novo” (“Carta à Nação”, DG, 07-05-69).

Todavia, o carácter “avançado” de algumas das propostas do movimento de 69 convive com a utilização do *ethos* coimbrão como sustento das práticas reivindicativas. Paralelamente à aposta em formas novas e sintonizadas com o “espírito do tempo” [8], a “capa e batina” é ainda utilizada como símbolo da “unidade estudantil” e alguns rituais próprios do universo praxístico, como a *Queima das Fitas* e o *Luto Académico*, são convocados para o reforço político e simbólico da luta. Este modo de acção é, aliás, uma das razões que explicam a forte adesão dos estudantes, que participam aos milhares nas Assembleias Magnas então realizadas e promovem,

7 Depoimento de Rita Veiga (*Pública*, 1997, 79). A campanha serviu para fomentar laços de confiança e de identificação entre os participantes, jovens muitos deles oriundos dos meios católicos e em ruptura definitiva com o regime. Jorge Wemans, na altura estudante liceal ligado às estruturas católicas, escreve trinta anos depois: “Lembro-me que, depois das cheias, quando queríamos difundir as teses do Congresso de Aveiro, algum documento anti-colonial, pensar a participação nas eleições de 69, organizar um campo de férias, uma qualquer acção ou encontro de reflexão, começávamos a trocar nomes e números de telefone e lá surgia a eterna pergunta: “Mas quem é esse tipo, será de confiança?” Que obtinha a inevitável resposta: “Então, não te lembras? Também andou nas cheias connosco!” Ter participado naqueles dias tornara-se cartão de apresentação suficiente” (*Pública*, 1997, 79).

8 São disso exemplo: a *Operação Flor* (distribuição de flores na Baixa de Coimbra), a *Operação Balão* (largada de balões no Largo da Portagem), a adopção de táticas “filo-guerrilheiristas” de debate com as autoridades, como a colocação de sebo no pavimento para que os cavalos da GNR escorregassem ou distribuições criativas de comunicados, etc.

em Junho e Julho, um “boicote aos exames” que contou com a participação de perto de 90% do corpo estudantil.

5. Rui Bebiano descortina três tendências para as quais historicamente se canalizou a iniciativa estudantil de natureza colectiva: 1) afirmação de formas de oposição às atitudes discricionárias ou a determinadas orientações das autoridades académicas; 2) intervenção no sentido de suscitar alterações na política governamental para o sector educativo; 3) envolvimento em iniciativas visando intervir activamente nas transformações operadas na sociedade portuguesa e na definição do próprio regime (Bebiano, 2003a). Esta terceira tendência, que se foi consolidando ao longo dos anos sessenta (e que aparece já como um denominador fundamental durante a “crise de 69”, no questionamento do modo de inserção do estudante na sociedade), assume clara hegemonia na configuração dos discursos e práticas estudantis no período seguinte. A leitura politizada das novas intenções governativas para o sector da educação – a conhecida “reforma Veiga Simão” – bem como o alastramento de uma postura anti-colonialista e anti-capitalista são disso exemplo.

Esta radicalização dos *conteúdos* da contestação deriva, em muito, da emergência de uma constelação variada de grupos e grupúsculos de extrema-esquerda [9], fortemente radicados no meio estudantil, e que lhe renovam o *modus operandi*. A luta contra a guerra colonial e a defesa da revolução proletária aparecem com maior frequência em franjas crescentes do movimento estudantil. Em consequência disso, introduzem-se novos referenciais éticos e iconográficos, provenientes da revolução cultural chinesa, da revolução cubana ou das generalizadas lutas estudantis, num manancial de imagens de rebeldia que se contrapunham decisivamente ao pragmatismo dos velhos dirigentes do “socialismo real”.

O emergente discurso esquerdista apontava agora para a necessidade, não só de se contestar com radicalidade os métodos e a função da escola capitalista, mas também as organizações tradicionalmente enraizadas no meio estudantil, compostas por “*burocratas completamente afastados das massas que dizem representar*” (“Por um sindicalismo de tipo novo”, *Núcleos Sindicais*, 04-72). O PCP, outrora apelidado de

⁹ Sobre a evolução da extrema-esquerda portuguesa destaque-se o trabalho de João Madeira “As Oposições de Esquerda e a Extrema-Esquerda” (Madeira: 91-135, *in*: Rosas; Oliveira, 2004).

“aventureirista” por querer forçar o confronto com as autoridades, via agora a sua organização para o meio estudantil, a UEC (*União dos Estudantes Comunistas*), classificada como “reformista”, por pretender lutar pela “Reforma Geral e Democrática da Universidade” em vez de colocar em causa os fundamentos da sociedade capitalista.

Este novo quadro, conjugado com a forte repressão que então se abate sobre as estruturas associativas [10], leva a mudanças na *forma* de actuação do protagonismo estudantil. O movimento associativo, enquanto organização dos estudantes baseado em estruturas mais ou menos fixas, como as associações, e assente em princípios de reivindicação girando em torno da autonomia e da liberdade associativa, é substituído por modos de contestação mais fragmentados, voluntaristas e radicalizados. Sem os espartilhos da representação, os *meetings*, os debates e os grupos de estudo passam a fazer parte da metodologia da intervenção estudantil. O confronto com o poder irrompe também fora dos delimitados *campus* universitários, por meio de práticas mais ousadas como a distribuições temerárias de panfletos, o apedrejamento de instituições bancárias ou as manifestações – relâmpago contra a guerra colonial.

6. A (auto) afirmação dos estudantes enquanto actores sociais em “*compromisso com as forças revolucionárias*” (Boletim “Em defesa de uma imprensa livre”, CR, 1972, 3), a par com o aprofundamento de metodologias basistas de decisão, leva à construção de uma nova imagem do dirigente associativo, afastada já do modelo do representante “iluminado” ou mais “capaz” de entre as massas, para dar agora lugar ao estudante porventura mais anónimo mas que, dotado de uma igual capacidade reivindicativa, elegia e se fazia eleger. Em Coimbra, ainda antes do encerramento da AAC, a constituição da *Lista do Movimento Estudantil*, eleita após apresentação solitária a sufrágio, em Abril de 1970, é exemplo desse alastramento de formas menos filtradas e mais directas de participação e decisão, tendência reconfirmada nas eleições de Novembro de 1970. As listas associativas “*patrocinadas pelos caciques e aglutinando-se à volta de personalidades 'pardas'*” são substituídas por métodos de

10 No início do ano lectivo de 1972/73 quase todas as associações de estudantes estão encerradas ou por legalizar. No Porto, a AE de Medicina encontra-se encerrada e as Comissões Pró-Associações de Economia, Engenharia, Letras, Liceus e Industrial estão por legalizar; em Lisboa as AE de Direito, Industrial e Ciências estão encerradas e as Comissões Pró-Associações estão por legalizar em Medicina e Farmácia e encerradas em Letras e Comercial; em Coimbra, a DG/AAC encontra-se encerrada desde Fevereiro de 1971 (s.t., *Comissão Associativa*, 16-11-72).

democracia directa, onde “o nome dos estudantes é indicado desde as reuniões de curso, passando pelas de faculdade, até à AM” e o próprio programa “construído na mais ampla discussão e participação massiva” (“Ao Trabalho, Ciências”, s.a., 10-70).

Dão-se, ao mesmo tempo, importantes variações ao nível das vivências estudantis. A incapacidade de harmonizar os fundamentos de um discurso fortemente politizado com práticas que, por atenuadas que fossem, dificilmente deixavam de ser elitistas em relação ao exterior e hierárquicas no seu interior, leva a que, após o *Luto Académico* de 1969, a praxe apareça posta em causa com maior profundidade, eliminando-se resquícios que, mesmo que não contivessem já o lado punitivo e hierárquico de outrora, mantinham ainda um timbre paternalista ou “iniciático”.

Na abertura do ano lectivo de 1970/71, consolidando o corte com a “retrógrada e tradicional perspectiva de integração praxística” (“Semana da Recepção aos Novos Alunos”, DG, 12-11-70), a DG promove uma *Semana de Recepção aos Novos Alunos* onde, em vez da “inferiorização despersonalizante”, se aposta numa série de “colóquios e debates sobre os problemas actuais do estudante e da sociedade portuguesa” (*ibidem*). Nesse mesmo ano, o próprio *Conselho de Veteranos* trata de abolir o “rapanço” (*Capa e Batina*, 1970, 35).

Sinal desta alteração dá-se também no âmbito das Repúblicas. Se, em 1948, o *Pacto de Amizade e Aliança*, carta constitutiva do CR, declarava que as Repúblicas se encontravam “unidas pela praxe” e que a sua actuação estava circunscrita ao espaço académico coimbrão “salvo quando o que estivesse em causa fosse a defesa da praxe” (Alves; Roldão, 1985-86: 13), se os julgamentos de caloiros ainda são vistos, na redacção do *Código da Praxe* de 1957, como “actos solenes realizados nas Repúblicas oficializadas” (artº193), durante os anos 60, a clara imbricação entre um movimento estudantil em afluxo contestatário e as Repúblicas, enquanto lugar relevante deste processo, provoca uma rotação na concepção destes espaços e no tipo de práticas internas.

Em lugar de focalizarem na sua vertente mais boémia e jocosa, as Repúblicas passam a auto-definir-se como “centros de formação cultural do estudante, agrupamentos regidos pelo princípio democrático da auto-gestão, gozando de independência económica e ideológica, libertas de qualquer género de tutela” (*O Badalo*, 05-1966). Nos símbolos das Repúblicas recém-criadas, a moca, a tesoura e a colher de pau, são

substituídos por outro tipo de representações (Denayer, s.d.). Fundada em 1967, a República *5 de Outubro* opta por inverter as cores da sua bandeira, passando esta a ter um fundo branco com inscrições a negro, inversão que visava marcar uma posição contra as práticas tradicionais de integração estudantil. Em 1972, o aparecimento da República *Rosa Luxemburgo*, casa estritamente feminina, rompendo desta forma com um universo até então exclusivamente confinado ao sexo masculino, mostra bem como estes espaços se encontram já distantes da imagem que possuíam uns anos antes.

Divergências quanto à estratégia proposta para a luta estudantil e o aprofundamento da crítica à “tradição académica” levam a uma cisão no seio do CR. Em comunicado datado de 28 de Novembro de 1970, três Repúblicas – *1000-Y-Onários*, *Trunfê-Kopos* e *Pim-Pim-Nelas* – distanciam-se do CR, que consideram uma estrutura dominada por sectores reformistas, que não põe “*em causa as contradições sociais nas suas últimas consequências – a luta de classes*” (“Requiem pelo Conselho de Repúblicas”, 28-11-70) [11]. Se bem que as repúblicas não fossem já os “baluartes da praxe” de outrora, permaneciam ainda vinculadas a um certo imaginário que é objecto de comentário irónico por parte dos signatários: “*O que restará ao CR será conservar a sua faceta tradicionalista, imbuída de um certo casticismo de fados, copos de vinho, campeonatos de matrecos e suecas com um fundo negro de capas e batinas. Enfim abandonamos!...*” (“Requiem pelo Conselho de Repúblicas”, 28-11-70).

7. Na maioria dos organismos culturais põe-se em causa os princípios tradicionais de sociabilidade e moralidade. A capa e batina deixa de ter lugar nas apresentações ao vivo do *Coro Misto* e do CELUC, para desilusão da “*burguesia*” (República, 1973, 15306). As habituais práticas de integração são analisadas à luz dos novos valores dominantes. No início de 1972 a direcção do GEFAC, considerando que a integração se faz “*pelo espírito, e não por manifestações que nada tem a ver com formalismos protocolares*” propõe a abolição de uma pequena cerimónia apelidada de “baptismo”, que consistia na escolha de um elemento do sexo oposto com quem se selava a entrada no grupo com um beijo, justificando que, “*com 1969, e suas consequências,*

11 A 11 de Dezembro, a República *Bamus-Ó-Bira* subscreveria o comunicado da ruptura. A República *Pim-Pim-Nelas*, por seu lado, viria a esclarecer que a posição tinha sido indevidamente tomada por apenas alguns elementos da casa, posteriormente expulsos.

os estudantes passaram a debruçar-se sobre os problemas que directamente lhe tocavam, e em 1970, aboliram todas as manifestações praxísticas, renegando todo o carácter formal que tais manifestações traduziam, libertando-se assim de conceitos de privilégio e hierarquia de que enfermava a vida académica” (doc. manuscrito, GEFAC, 19-01-72).

Noutros organismos autónomos fazem-se sentir a influência das vanguardas estéticas. No CAP, realizam-se *happenings* que desafiam os conceitos tradicionais de arte e, colateralmente, de moralidade. No CITAC, o argentino Juan Carlos Oviedo começa a encenar, em 1970, a peça *MacBeth... o que se passa na tua cabeça?* que, após uma apresentação no Porto, estaria na base de um processo instaurado pelo *Senado Universitário* em virtude de alegadas ofensas à moral, levando ao encerramento do organismo. A direcção do organismo, viria a esclarecer que o espectáculo tinha sido produzido à margem do grupo (“CITAC esclarece”, CITAC, 09-06-70), provocando a eclosão, em Novembro de 1970, de um conflito estético-político no interior próprio organismo, com um núcleo de sócios adeptos do situacionismo [12] a demitir-se publicamente. Em comunicado, acusavam o CITAC de ser “*um travão aos tempos vivos (prazer, festa, imprevisto)*” (“Tornar a vergonha ainda mais vergonhosa entregando-a à publicidade”, Um grupo de sócios do CITAC que se demitem, s.d.).

A conflitualidade política extravasa explicitamente para o terreno cultural. Factos como os incidentes em torno de uma peça de teatro da OTUC (*Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra*) [13] no Teatro Académico Gil Vicente, a 9 de Maio de 1970, o boicote ao *Festival de Coros do Orfeon*, em Abril de 1973 e a tentativa de reabilitação da *Queima das Fitas* em Maio de 1972, mostram esta proximidade.

12 A *Internacional Situacionista* foi criada em Itália, em 1957, a partir da fusão de vários grupos artísticos de vanguarda. Em termos teóricos, o situacionismo considerava as sociedades capitalistas avançadas como marcadas por um esquema de racionalidade mercantil que se havia disseminado pelos vários âmbitos da cultura e da sociedade, tornando-os numa “mercadoria” destinado ao embrutecimento do proletariado. A denúncia radical da “sociedade do espectáculo” aliada à componente fortemente cultural do movimento, levaram os situacionistas a renegar as práticas artísticas tradicionais e a adoptarem formas de enfrentamento político simultaneamente radicais e imaginativas. As ideias situacionistas tiveram, a partir de meados dos anos sessenta, uma significativa absorção nos meios estudantis franceses, e estiveram bem presentes na linguagem e nos métodos ali utilizados durante a revolta estudantil de Maio de 1968. Seria, aliás, através da difusão do imaginário do Maio francês que, a Portugal, chegariam as ideias situacionistas. A par da constituição de algumas “bolsas de simpatia”, como a acima referida, note-se ainda a tradução e publicação, entre 1970 e 1972, de três importantes textos situacionistas: *Da Miséria do Meio Estudantil* (de M. Khayati), *A Sociedade do Espectáculo* (de G. Debord) e *Banalidades de Base* (de R. Vaneigem).

13 A OTUC, o Orfeon e a Tuna, formavam o núcleo minoritário de grupos académicos críticos do alinhamento oposicionista do meio estudantil coimbrão e eram vistos como guardiães das velhas tradições académicas, exercendo “*uma proficua actividade como cartaz turístico ao serviço da classe dominante*” (“O Festival da Demagogia”, CELUC, CMUC, Orfeon Académico de Lisboa, GEFAC, TEUC, CAPC, Secção de Andebol, Atletismo, Campismo, Esgrima, Judo, Patinagem e Râguebi, s.d.).

Aquando da tentativa de reabilitação da “Queima das Fitas”, por exemplo, um número significativo de estudantes entende boicotá-la, tecendo-lhe considerações fortemente críticas. Para os *Núcleos Sindicais*, a Queima era a “*manifestação da ideologia burguesa no meio estudantil*”, que não se distinguiu, na essência, de um tipo de formação universitária que se pretendia combater: “*assim como na Universidade, através de um ensino passivo, acrítico e autoritário se pretende criar um certo tipo de estudante futuro e fiel cão-de-guarda do sistema, também na Queima, a seu modo, por processos diferentes, vamos encontrar os mesmos objectivos na necessidade de criar e propagandar uma certa imagem do estudante*” (s.t., NS, s.d.). Na mesma altura, a *Comissão Associativa*, constituída por vários organismos autónomos da AAC, condenava uma “*festa toda voltada para si, como numa auto-contemplação totalmente abstraída duma realidade a que os estudantes já não eram alheios*” (“Os reaccionários tiveram a “Queima” que merecem”, CA, 17-05-72).

Numa reportagem do jornal *República*, publicada em 1973, Álvaro Guerra relatava uma Coimbra onde o estudante perdera o seu “*estatuto especial e passara a integrar-se de modo regular e discreto nas estruturas sociais da cidade, uma Coimbra sem capa e batina*” (*República*, 1973, 15306). Falando do desaparecimento da “*polémica praxe*” notava como “*o romantismo exterior e folclórico representado por esse traje negro foi-se esbatendo, substituído pelos “jeans”, pela camisola e, à medida que a própria evolução urbanística da cidade ia rompendo o “gheto” académico, escasseava a rapadela, sumiam-se fitas e grelo, laicizar-se-ia o trajar*” (*idem*). Até à entrada dos anos oitenta seria esta a paisagem dominante.

CONCLUSÃO: Em Coimbra, o processo de contestação às formas tradicionais de integração estudantil durante o período final do Estado Novo foi efectuado de duas formas diferenciadas e sucessivas: num primeiro momento, coincidente com um certo arejamento cultural e moral no seio da Academia e com a introdução paulatina dos princípios do sindicalismo estudantil, promoveu-se a “*apropriação progressista*” da tradição académica; num segundo momento, a seguir à “*crise de 69*”, operou-se o corte com os resquícios ainda existentes da “*praxe académica*”.

Mais do que um “*etnocídio*” (Lopes, 1982: 320), o abandono da mundivisão tradicional por parte do meio estudantil coimbrão compreende-se enquanto

aprofundamento de uma nova (auto) imagem estudantil, fruto do advento de renovadas referências macro-explicativas, que vinham apelar a um forte empenhamento social. Com outras prioridades a moldarem-lhe os ideais e o quotidiano, o corpo estudantil deixara de se conseguir compatibilizar com modos de pensar e de agir vinculadores de noções de privilégio e hierarquia.

FUNDOS DOCUMENTAIS:

- Centro de Documentação 25 de Abril – *Pastas relativas ao Movimento Estudantil.*
- Museu Académico – *Pastas várias.*
- Espólio da Real República do Bota-Abaixo.
- Espólio da República Corsário das Ilhas.
- Espólio do GEFAC.

PUBLICAÇÕES:

A Briosa – 1954-1958.

Capa e Batina – 1965-1972.

Diário de Lisboa, 1957.

O Badalo, Jornal do Conselho de Repúblicas, 1966 – 1968.

O Século, 1957.

República, 1957-1973.

Via Latina, 1956-1962.

OUTRAS FONTES E OBRAS DE CONSULTA:

ALVES, Vítor e ROLDÃO, Júlio (1985-86), “As Repúblicas – Lutas e Lutos da Academia”. In: *Via Latina*, Coimbra: DG/AAC.

ANDRADE, Mário Saraiva de, e BARROS, Vítor Dias (1957), *Código da Praxe Académica de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora.

ANDRADE, Mário Saraiva de (1959), *Mataram um espantalho... Em defesa da praxe*. Coimbra: Coimbra Editora.

BEBIANO, Rui (2003a), “Cidade e Memória na Intervenção Estudantil em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº66, 151-163.

BEBIANO, Rui (2003b), *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.

BEBIANO, Rui e SILVA, Alexandra (2004) “A reidentificação do feminino e a polémica sobre a Carta a uma Jovem Portuguesa”, *Revista de História das Ideias*, nº25, Coimbra, 423-454.

CAETANO, Marcelo (1974), *Depoimento*, Rio de Janeiro: Record.

CAIADO, Nuno (1990), *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*. Lisboa: IED.

CARREIRO, Teresa (2004), *Viver numa República de Estudantes de Coimbra. Real República Palácio da Loucura, 1960-1970*. Porto: Campo de Letras.

CRUZEIRO, Celso (1989), *Coimbra 1969: a crise académica o debate de ideias e a prática ontem e hoje*. Porto: Afrontamento.

CRUZEIRO, Maria Eduarda (1990), “Folclore estudantil e cerimonial académico: práticas de produção e reprodução institucional”. *Vértice*, nº28, II série.

DENAYER, Fanny (1996), *Le phenomene estudiantin au Portugal: exemple d'une ville d'étudiants : Coimbra*. Tese de licenciatura em Antropologia, Coimbra.

FERREIRA, Vítor e NUNES, Adérito Sedas (1968), “O meio universitário em Portugal: subsídios para a análise sociológica da sua estrutura e evolução no período 1945-1967”, *Análise Social*, vol. VI, nº22-23-24, 526-595.

FRIAS, Aníbal (2003), “Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº66, 81-116.

GAUDEZ, Pierre (1965), *Os Estudantes*. Lisboa: O Tempo e o Modo / Morais Editora.

GARRIDO, Álvaro (1996), *Movimento estudantil e crise do Estado Novo: Coimbra 1962*. Coimbra: Livraria Minerva.

GOMES, Joaquim Ferreira (1987), *A Mulher na Universidade de Coimbra: alguns dados para uma investigação*. Coimbra: Almedina.

GRÁCIO, Rui (1995), *Obra Completa*. Volume III, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LAMY, Alberto Sousa (1990), *A Academia de Coimbra: 1537-1990*. Lisboa: Rei dos Livros.

LOPES, António Rodrigues (1982), *A sociedade tradicional coimbrã. Introdução ao estudo etnoantropológico*. Coimbra.

NAMORADO, Rui (1989), “Para uma universidade nova: crónica da crise de 1969 em Coimbra.”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº27-28, 63-124.

NUNES, Adérito Sedas (1968), “A População universitária portuguesa: uma análise preliminar” *Análise Social*, vol. VI, nº22-23-24, 295-385.

PIRES, Januário (1994), *Contributo para o estudo da Via Latina (1937-1969) durante o Estado Novo*. Coimbra: Faculdade de Letras (dissertação de mestrado policopiada).

RAPOSO, Eduardo (2000), *O Canto de Intervenção (1960-1974)*, Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.

ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.) (2004), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias.

TORGAL, Luís Reis (1999), *A Universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Minerva.

VARA, Flávio (1958), *O espantalho da “praxe” coimbrã*. Lisboa: Salesiana.

VIDAL, Marques (2002), *Real República Pré-Kys-Tão. Memórias de Coimbra*. Hugin.

WEMANS, Jorge (1997), “Os miúdos nas Cheias”, *Pública*, nº79, 23-11-1997.